



ESTADO DO AMAPÁ
PODER LEGISLATIVO
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PUBLICADO

Em: 20/08/15
Ass:
CMPG

LEI 433/2015

"Dispõe sobre a criação da Casa do Artesão no Municipal de Porto Grande, e dá outras providências."

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Grande, Estado do Amapá, no uso das atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, O PREFEITO SILENCIOU E EU, NOS TERMOS DO § 3º DO ART. 79 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Porto Grande disposto a criar a Casa do Artesão Municipal destinada à exposição e comercialização permanente de produtos:

- I- A Casa do Artesão funcionara em local próprio hoje localizado no calçadão das praças de eventos cultural deste município.
- II- -A casa do artesão Municipal disponibilizara de artesãos para cargos funções técnicas ou administrativas, da Casa do Artesão.
- III- Por conveniência da administração pública, o local de funcionamento da Casa do Artesão poderá ser mudado.

Art. 2º A Casa do Artesão será subordinada e coordenada pelos Artesãos deste Município.

Art. 3º A Casa do Artesão terá seu funcionamento disciplinado por um Regimento Interno, a ser elaborado pelos Artesãos e aprovado em assembleia, pelos artesões cadastrados no Setor.

Art. 4º Para expor seus trabalhos à venda, os artesão deverão ser residente no município de Porto Grande, ser cadastrado no Departamento e obedecer às normas pertinentes e o Regimento Interno da Casa do Artesão.

Art. 5º Os produtos comercializados na Casa do Artesão serão oriundos de trabalhos efetuados pelos artesões e artistas plásticos residentes no município.

- I. O preço dos produtos será definido pelo artesão ou expositor.
- II. No Regimento Interno será estabelecida uma taxa a ser paga pelo artesão e expositor 5%, sobre o valor do produto vendido.
- III. A taxa prevista será destinada às despesas da Casa do Artesão.



**ESTADO DO AMAPÁ
PODER LEGISLATIVO
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

- IV. Mensalmente o Departamento Administrativo divulgará os balancetes com as receitas e despesas da Casa do Artesão.

Art. 6º As atividades da Casa do Artesão poderá ser fiscalizada pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art.7º O funcionamento da Casa do Artesão não substitui as feiras artesanais existentes no município.

Art.8º As despesas decorrentes da implantação e funcionamento da Casa do Artesão correrão por conta de recursos próprios e convênios estabelecidos nesta lei, e outras receitas externas que serão a elas incorporadas.

Art. 9º Fica autorizado à casa do artesão Municipal, celebrar convênios com o Governo Federal, Estadual municipal e termos de cooperação ou termos de parcerias com iniciativa privada que se fizerem necessários à execução desta lei.

Art.10 Esta lei será regulamentada no prazo de cento e vinte dias após a data de sua publicação.

**PALÁCIO JOSÉ ANTERO, Sede do Poder Legislativo Municipal -
Porto Grande-AP, em 20 de Agosto de 2015.**



Vereador JOAO MARTINS DA COSTA
Presidente da CM PG